



SÃO JOÃO DO ARAGUAIA
PREFEITURA MUNICIPAL
ADMINISTRAÇÃO NIUSA MARTINS FERREIRA

LEI Nº 1914, DE 22 DE JANEIRO DE 1996

Cria o Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA, ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais:

Faço saber que a Câmara Municipal de São João do Araguaia aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, órgão deliberativo de caráter permanente e âmbito municipal.

Artigo 2º - Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

- I. definir as prioridades da política de Assistência Social;
- II. estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;
- III. aprovar a Política Municipal de Assistência Social;
- IV. atuar na formulação de estratégias e controle da execução da política de assistência social;
- V. propor critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentarias do Fundo Municipal de Assistência Social, e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos;
- VI. acompanhar critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentarias do Fundo Municipal de Assistência Social, e fiscalizar a movimentação e aplicação dos recursos;



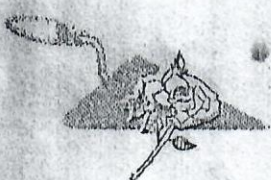
SÃO JOÃO DO ARAGUAIA
PREFEITURA MUNICIPAL
ADMINISTRAÇÃO NIUSA MARTINS FERREIRA



- VII. acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no município;
- VIII. aprovar critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de assistência social públicos e privados no âmbito municipal
- IX. aprovar critérios para celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de assistência social no âmbito municipal;
- X. apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;
- XI. elaborar e aprovar seu Regimento Interno;
- XII. zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;
- XIII. convocar ordinariamente a cada 2 (dois) anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social, e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;
- XIV. acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;
- XV. aprovar critérios de concessão e valor dos benefícios eventuais.

Artigo 3º - O Mas terá a seguinte composição:

- I. Dos Governos Municipal, Estadual e Federal
 - a) 1(um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
 - b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;
 - c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
 - d) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças;
 - e) 1 (um) representante da Fundação Nacional de Saúde;
 - f) 1(um) representante da Secretaria de Estado de Educação.



SÃO JOÃO DO ARAGUAIA
PREFEITURA MUNICIPAL
ADMINISTRAÇÃO NIUSA MARTINS FERREIRA

II. Dos Usuários:

- a) 1 (um) representante do Clube de Mães de São João do Araguaia;
- b) 1 (um) representando Sindicato dos trabalhadores Rurais de São João do Araguaia;
- c) 1 (um) representante da Associação dos Trabalhadores na Agricultura da Região Consulta;
- d) 1 (um) representante da Associação dos Pais e Alunos de São João do Araguaia;
- e) 1 (um) representante do Clube de Mães de Vila Apinagés; e
- f) 1 (um) representante da Associação dos Moradores de Vila Diamante e Região.

Par. 1º - Cada titular do CMAS terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa.

Par. 2º - Somente será admitida a participação no CMAS de entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento.

Par. 3º - A soma dos representantes de que trata o inciso II do presente artigo não será inferior à metade do total de membros do CMAS.

Artigo 4º - Os membros efetivos e suplentes do CMAS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação:

- I. da autoridade estadual ou federal correspondente, quanto às respectivas representações;
- II. do único representante legal das entidades constantes do inciso II do artigo anterior.

Parágrafo único - Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito.



SÃO JOÃO DO ARAGUAIA
PREFEITURA MUNICIPAL
ADMINISTRAÇÃO NIUSA MARTINS FERREIRA

Artigo 5º - A atividade dos membros do CMAS reger-se-á pelas seguintes disposições:

- I. O exercício da função de Conselheiro é considerado serviço público relevante, e não será remunerado;
- II. Os Conselheiros serão excluídos do CMAS e substituídos pelos respectivos suplentes, em caso de faltas injustificadas a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) reuniões intercaladas;
- III. Os membros do CMAS poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal;
- IV. Cada membro do CMAS terá direito a um único voto na sessão plenária;
- V. As decisões do CMAS serão consubstanciadas em resoluções.

Artigo 6º - O CMAS terá seu funcionamento regido por regimento interno próprio e, obedecendo as seguintes normas:

- I. plenário como órgão de deliberação máxima;
- II. as sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês e extradonariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros.

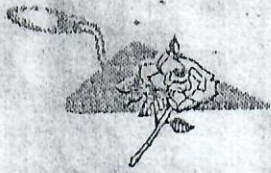
Artigo 7º - A Secretaria Municipal de Assistência Social prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMSA.

Artigo 8º - Para melhor desempenho de suas funções, o CMAS poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

- I. consideram-se colaboradoras do CMAS, as instituições formadoras de recursos humanos para a assistência social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de assistência social, sem embargo de sua condição de membro;



SÃO JOÃO DO ARAGUAIA
PREFEITURA MUNICIPAL
ADMINISTRAÇÃO NIUSA MARTINS FERREIRA



- II. poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMAS em assuntos específicos;

Artigo 9º - Todas as sessões do CMAS serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

Parágrafo Único - As resoluções do CMAS, bem como os temas tratados em plenário de diretoria e comissões, serão objeto de ampla e sistemática divulgação.

Artigo 10º - O CMAS elaborará seu Regimento Interno no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação da lei.

Artigo 11º - A Secretaria de Trabalho e Promoção Social, cuja competência estavam afetas as atribuições objeto da presente Lei, passará a chamar-se Secretaria Municipal de Assistência Social.

Artigo 12º - Fica a Prefeita Municipal autorizada a abrir crédito especial no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), para promover as despesas com a instalação do Conselho Municipal de Assistência Social.

Artigo 13º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA, ESTADO DO PARÁ, EM 22 DE JANEIRO DE 1996.


NIUSA MARTINS FERREIRA
Prefeita Municipal